

NUGEPNAC

Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas

Boletim Informativo – Maio/2023



PODER JUDICIÁRIO
DE PERNAMBUCO

Índice:

- Afetação à Sistemática dos Repetitivos
- Determinação de Suspensão Nacional
- Cancelamento de Tema
- Acórdão de Mérito Publicado
- Trânsito em julgado
- Aviso do NUGEPNAC-TJPE
- Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas e de Assunção de Competência do TJPE

AFETAÇÃO À SISTEMÁTICA DOS REPETITIVOS

Direito Privado

[Tema 1198 – STJ](#): Possibilidade de o juiz, vislumbrando a ocorrência de litigância predatória, exigir que a parte autora emende a petição inicial com apresentação de documentos capazes de lastrear minimamente as pretensões deduzidas em juízo, como procuração atualizada, declaração de pobreza e de residência, cópias do contrato e dos extratos bancários. ([REsp 2021665/MS](#) - Relator: Min. Moura Ribeiro - Data da afetação: 09/05/2023).

Direito Público

[Tema 1193 – STJ](#): Definir a aplicabilidade das alterações promovidas pela Lei 14.195/2021, art. 8º da Lei 12.514/2011, às execuções fiscais propostas por conselhos profissionais, antes de sua entrada em vigor. ([REsp 2030253/SC](#), [REsp 2029970/SC](#), [REsp 2029972/RS](#), [REsp 2031023/RS](#) e [REsp 2058331/RS](#)- Relator: Min. Mauro Campbell Marques - Data da afetação: [02/05/2023](#)).

Direito Criminal

[Tema 1197 – STJ](#): Verificar se a aplicação da agravante do art. 61, II, f, do Código Penal, em conjunto com as disposições da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), configuraria bis in idem. ([REsp 2027794/MS](#), [REsp 2026129/MS](#) e [REsp 2029515/MS](#) - Relator: Min. Jesuíno Rissato (Desembargador Convocado do TJDF) - Data da afetação: 08/05/2023).

[Tema 1196 – STJ](#): Definir a aplicação do revogado art. 2º, § 2º, da Lei 8.072/1990, na progressão de regime de condenado por crime hediondo, com resultado morte por ser mais benéfico ao reeducando. ([REsp 2012101/MG](#), [REsp 2012112/MG](#) e [REsp 2016358/MG](#) - Relator: Min. Jesuíno Rissato (Desembargador Convocado do TJDF) - Data da afetação: 03/05/2023).

[Tema 1195 – STJ](#): Definir a possibilidade de comutação de pena quando ocorrido a prática de falta grave nos últimos doze meses que antecederam a publicação do Decreto n. 9.246/17, não conste homologação em juízo no mesmo período. ([REsp 2011706/MG](#)- Relator: Min. Jesuíno Rissato (Desembargador Convocado do TJDF) - Data da afetação: 03/05/2023).

[Tema 1194 – STJ](#): Definir se eventual confissão do réu, não utilizada para a formação do convencimento do julgador, nem em primeiro nem em segundo grau, autoriza o reconhecimento da atenuante prevista no art. 65, III, 'd', do CP. ([REsp 2001973/RS](#) - Relator: Min. Jesuíno Rissato (Desembargador Convocado do TJDF) - Data da afetação: 03/05/2023).

DETERMINAÇÃO DE SUSPENSÃO NACIONAL

Direito Público

[Tema 843 - STF](#): Possibilidade de exclusão da base de cálculo do PIS e da COFINS dos valores correspondentes a créditos presumidos de ICMS decorrentes de incentivos fiscais concedidos pelos Estados e pelo Distrito Federal. ([Leading Case RE 835818](#) - Relator: Min. André Mendonça. Data da determinação de suspensão nacional: 05.05.2023).

[Tema 1182 – STJ](#) : Definir se é possível excluir os benefícios fiscais relacionados ao ICMS da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. ([Leading Case REsp 1945110/RS](#) e [REsp 1987158/SC](#) - Relator: Min. Benedito Gonçalves. Data da afetação: 20/03/2023. Data do julgamento de mérito: 26/04/2023)

Anotação: Conforme decisão publicada no DJe de 27/4/2023, o Ministro Relator do RE 835818/PR (Tema 843 de Repercussão Geral) deferiu medida cautelar, com a finalidade de determinar o sobrestamento dos processos afetados sob o Tema 1182/STJ, suspendendo, inclusive o referido tema, até decisão de mérito definitiva do Tema 843/STF. O Ministro Relator Benedito Gonçalves proferiu decisão nos Recursos Especiais n. 1.945.110/RS e 1.987.158/SC (DJe de 4/5/2023) determinando o cumprimento de liminar deferida no RE 835818/PR (Tema 843 de Repercussão Geral).

CANCELAMENTO DE TEMA

Direito Público

- [Tema 1090 - STJ](#): Questão submetida a julgamento:"1) se para provar a eficácia ou ineficácia do EPI (Equipamento de Proteção Individual) para a neutralização dos agentes nocivos à saúde e integridade física do trabalhador, para fins de reconhecimento de tempo especial, basta o que consta no PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário) ou se a comprovação pode ser por outros meios probatórios e, nessa última circunstância, se a prova pericial é obrigatória; 2) se é possível impor rito judicial instrutório rígido e abstrato para apuração da ineficácia do EPI, como fixado pelo Tribunal de origem, ou se o rito deve ser orientado conforme os elementos de cada contexto e os mecanismos processuais disponíveis na legislação adjetiva; 3) se a Corte Regional ampliou o tema delimitado na admissão do IRDR e, se positivo, se é legalmente praticável a ampliação; 4) se é cabível fixar de forma vinculativa, em julgamento de casos repetitivos, rol taxativo de situações de ineficácia do EPI e, sendo factível, examinar a viabilidade jurídica de cada hipótese considerada pelo Tribunal de origem (enquadramento por categoria profissional, ruído, agentes biológicos, agentes cancerígenos e periculosidade); 5) se é admissível inverter, inclusive genericamente, o ônus da prova para que o INSS demonstre ausência de dúvida sobre a eficácia do EPI atestada no PPP".. ([Leading Case REsp 1828606/RS - Relator: Min. Herman Benjamin](#). Data de afetação: 07/05/2021. Data do cancelamento: 14/04/2023. Processo desafetado em 07/05/2021)

Direito Público

- [Tema 1164 - STJ](#): Definir se incide contribuição previdenciária patronal sobre o auxílio-alimentação pago em pecúnia. ([Leading Case REsp 1995437/CE](#) e [REsp 2004478/SP](#)- Relator: Min. Gurgel de Faria. Data do julgamento de mérito: 26/04/2023 - Data da publicação do acórdão de mérito: 12/05/2023)
- **Tese firmada**: Incide a contribuição previdenciária a cargo do empregador sobre o auxílio-alimentação pago em pecúnia.
- [Tema 505 - STJ](#): Discussão sobre a exclusão dos juros SELIC incidentes quando da devolução de valores em depósito judicial feito na forma da lei n. 9.703/98 e quando da repetição de indébito tributário. ([Leading Case REsp 1138695/SC](#) - Relator: Min. Mauro Campbell Marques. Data do julgamento de mérito: 22/05/2013 - Data do acórdão de mérito: 31/05/2013 - Data do acolhimento da questão de ordem e readequação da tese: 08/05/2023)
- **Tese firmada**: Readequação da tese em juízo de retratação e com base na orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal firmada em repercussão geral: "Os juros SELIC incidentes na repetição do indébito tributário se encontram fora da base de cálculo do IR e da CSLL, havendo que ser observada a modulação prevista no Tema n. 962 da Repercussão Geral do STF - Precedentes: RE n. 1.063.187/SC e Edcl no RE n. 1.063.187/SC."
- [Tema 1032 - STF](#): Direito de candidato estrangeiro à nomeação em concurso público para provimento de cargos de professor, técnico e cientista em universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais, nos termos do art. 207, § 1º, da CF/88. ([Leading Case RE 1177699](#) - Relator: Min. Edson Fachin. Data do julgamento de mérito: 27/03/2023 - Data do acórdão de mérito: 05/05/2023)
- **Tese firmada**: O candidato estrangeiro tem direito líquido e certo à nomeação em concurso público para provimento de cargos de professor, técnico e cientista em universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais, nos termos do art. 207, § 1º, da Constituição Federal, salvo se a restrição da nacionalidade estiver expressa no edital do certame com o exclusivo objetivo de preservar o interesse público e desde que, sem prejuízo de controle judicial, devidamente justificada.
- [Tema 1128 - STF](#): Constitucionalidade da transposição, absorção ou aproveitamento de empregado público de sociedade de economia mista, para quadro estatutário da Administração Pública Estadual. ([Leading Case RE 1232885](#)- Relator: Min. Nunes Marques. Data do julgamento de mérito: 13/04/2023 - Data do acórdão de mérito: 02/05/2023)
- **Tese firmada**: É inconstitucional dispositivo de Constituição estadual que permite transposição, absorção ou aproveitamento de empregado público no quadro estatutário da Administração Pública estadual sem prévia aprovação em concurso público, nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal.
- [Tema 847 - STF](#): Definição dos limites à atuação do Poder Judiciário quanto ao preenchimento de cargo de defensor público em localidades desamparadas. ([Leading Case RE 887671](#) - Relator: Min. Marco Aurélio. Data do julgamento de mérito: 08/03/2023 - Data do acórdão de mérito: 05/05/2023)
- **Tese firmada**: Ofende a autonomia administrativa das Defensorias Públicas decisão judicial que determine a lotação de defensor público em localidade desamparada, em desacordo com os critérios previamente definidos pela própria instituição, desde que observados os critérios do art. 98, caput e § 2º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

ACÓRDÃO DE MÉRITO PUBLICADO

Continuação Direito Público

- [Tema 736 - STF](#): Constitucionalidade da multa prevista no art. 74, §§ 15 e 17, da Lei 9.430/1996 para os casos de indeferimento dos pedidos de ressarcimento e de não homologação das declarações de compensação de créditos perante a Receita Federal. ([Leading Case RE 796939](#)- Relator: Min. Edson Fachin. Data do julgamento de mérito: 20/03/2023 - Data do acórdão de mérito: 23/05/2023)
- **Tese firmada:** É inconstitucional a multa isolada prevista em lei para incidir diante da mera negativa de homologação de compensação tributária por não consistir em ato ilícito com aptidão para propiciar automática penalidade pecuniária.
- [Tema 885 – STF](#): Efeitos das decisões do Supremo Tribunal Federal em controle difuso de constitucionalidade sobre a coisa julgada formada nas relações tributárias de trato continuado. ([Leading Case RE 955227](#) - Relator: Min. Roberto Barroso. Data do julgamento de mérito: 08/02/2023 - Data do acórdão de mérito: 02/05/2023)
- **Tese firmada:** 1. As decisões do STF em controle incidental de constitucionalidade, anteriores à instituição do regime de repercussão geral, não impactam automaticamente a coisa julgada que se tenha formado, mesmo nas relações jurídicas tributárias de trato sucessivo. 2. Já as decisões proferidas em ação direta ou em sede de repercussão geral interrompem automaticamente os efeitos temporais das decisões transitadas em julgado nas referidas relações, respeitadas a irretroatividade, a anterioridade anual e a noventena ou a anterioridade nonagesimal, conforme a natureza do tributo.
- [Tema 881 – STF](#): Limites da coisa julgada em matéria tributária. ([Leading Case RE 949297](#)- Relator: Min. Edson Fachin. Data do julgamento de mérito: 08/02/2023 - Data do acórdão de mérito: 02/05/2023)
- **Tese firmada:** As decisões do STF em controle incidental de constitucionalidade, anteriores à instituição do regime de repercussão geral, não impactam automaticamente a coisa julgada que se tenha formado, mesmo nas relações jurídicas tributárias de trato sucessivo. 2. Já as decisões proferidas em ação direta ou em sede de repercussão geral interrompem automaticamente os efeitos temporais das decisões transitadas em julgado nas referidas relações, respeitadas a irretroatividade, a anterioridade anual e a noventena ou a anterioridade nonagesimal, conforme a natureza do tributo.

ACÓRDÃO DE MÉRITO PUBLICADO

Continuação Direito Público

- [Tema 1142 – STJ](#): Definir se a hipótese de inexigibilidade de cobrança prevista no art. 47, § 1º, da Lei n. 9.636/98 abrange ou não os créditos da União relativos a receitas esporádicas, notadamente aquelas referentes ao laudêmio. ([Leading REsp 1951346/SP](#), [REsp 1952093/SP](#), [REsp 1954050/SP](#), [REsp 1956006/SP](#) e [REsp 1957161/SP](#)- Relator: Min. Gurgel de Faria. Data do julgamento de mérito: 10/05/2023 - Data do acórdão de mérito: 19/05/2023)
- **Tese firmada:** a) a inexistência de registro imobiliário da transação (contratos de gaveta) não impede a caracterização do fato gerador do laudêmio, sob pena de incentivar a realização de negócios jurídicos à margem da lei somente para evitar o pagamento dessa obrigação pecuniária; b) o termo inicial do prazo para a constituição dos créditos relativos ao laudêmio tem como data-base o momento em que a União toma conhecimento, por iniciativa própria ou por solicitação do interessado, do fato gerador, consoante exegese do § 1º do art. 47 da Lei n. 9.636/1998, com a redação dada pela Lei n. 9.821/1999, não sendo, portanto, a data em que foi consolidado o negócio jurídico entre os particulares o marco para a contagem do prazo decadencial, tampouco a data do registro da transação no cartório de imóvel; c) o art. 47 da Lei n. 9.636/1998 rege toda a matéria relativa a decadência e prescrição das receitas patrimoniais não tributárias da União Federal, não havendo razão jurídica para negar vigência à parte final do § 1º do aludido diploma legal quanto à inexigibilidade do laudêmio devido em casos de cessões particulares, referente ao período anterior ao conhecimento do fato gerador, visto que o legislador não diferenciou receitas patrimoniais periódicas (como foro e taxa) das esporádicas (como o laudêmio).
- [Tema 651 - STF](#): Constitucionalidade das contribuições à seguridade social, a cargo do empregador produtor rural, PJ, incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização de sua produção, instituídas pelo artigo 25, I e II, e § 1º, da Lei 8.870/1994. ([Leading Case RE 700922](#) - Relator: Min. Marco Aurélio. Data do julgamento de mérito: 15/03/2023 - Data do acórdão de mérito: 16/05/2023)
- **Tese firmada:** I - É inconstitucional a contribuição à seguridade social, a cargo do empregador rural pessoa jurídica, incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da sua produção, prevista no artigo 25, incisos I e II, da Lei nº 8.870/1994, na redação anterior à Emenda Constitucional nº 20/1998; II - É constitucional a contribuição à seguridade social, a cargo do empregador rural pessoa jurídica, incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da sua produção, prevista no art. 25, incisos I e II, da Lei 8.870/1994, na redação dada pela Lei nº 10.256/2001; III - É constitucional a contribuição social destinada ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), de que trata o art. 25, § 1º, da Lei nº 8.870/1994, inclusive na redação conferida pela Lei nº 10.256/2001.

ACÓRDÃO DE MÉRITO PUBLICADO

Direito Criminal

- [Tema 150 - STF](#): Consideração de condenações transitadas em julgado há mais de cinco anos como maus antecedentes para efeito de fixação da pena-base. ([Leading Case RE 593818](#) - Relator: Min. Roberto Barroso. Data do julgamento de mérito: 18/08/2020 - Data do acórdão de mérito: 18/08/2020 - Data da publicação dos embargos de declaração: 05/05/2023)
- **Tese firmada**: Não se aplica ao reconhecimento dos maus antecedentes o prazo quinquenal de prescrição da reincidência, previsto no art. 64, I, do Código Penal, podendo o julgador, fundamentada e eventualmente, não promover qualquer incremento da pena-base em razão de condenações pretéritas, quando as considerar desimportantes, ou demasiadamente distanciadas no tempo, e, portanto, não necessárias à prevenção e repressão do crime, nos termos do comando do artigo 59, do Código Penal.

Direito Privado

- [Tema 1133 - STJ](#): Definir se o termo inicial dos juros de mora deve ser contado a partir da citação, na ação de cobrança, ou da notificação da autoridade coatora. ([REsp 1925235/SP](#), [REsp 1930309/SP](#) e [REsp 1935653/SP](#) Relator: Min. Assusete Magalhães. Data do julgamento de mérito: 10/05/2023 - Data da publicação do acórdão de mérito: 29/05/2023)
- **Tese firmada**: O termo inicial dos juros de mora, em ação de cobrança de valores pretéritos ao ajuizamento de anterior mandado de segurança que reconheceu o direito, é a data da notificação da autoridade coatora no mandado de segurança, quando o devedor é constituído em mora (art. 405 do Código Civil e art. 240 do CPC).
- [Tema 1056 - STF](#): Constitucionalidade de lei municipal que proíbe a soltura de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos produtores de estampidos. ([Leading Case RE 1210727](#)- Relator: Min. Luiz Fux. Data do julgamento de mérito: 09/05/2023 - Data do acórdão de mérito: 17/05/2023)
- **Tese firmada**: É constitucional – formal e materialmente – lei municipal que proíbe a soltura de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos produtores de estampidos.

TRÂNSITO EM JULGADO

- **Direito Público**

- [Tema 179 - STF](#): Em relação às contribuições ao PIS/COFINS, não viola o princípio da não-cumulatividade a impossibilidade de creditamento de despesas ocorridas no sistema cumulativo, pois os créditos são presumidos e o direito ao desconto somente surge com as despesas incorridas em momento posterior ao início da vigência do regime não-cumulativo. ([Leading Case RE 587108](#) - Data do julgamento de mérito: 29/06/2020 - Data da publicação do acórdão de mérito: 02/10/2020 - Data do trânsito em julgado: 20/05/2023)
- [Tema 1247 – STF](#): As modificações promovidas pelos Decretos 9.101/2017 e 9.112/2017, ao minorarem os coeficientes de redução das alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a importação e comercialização de combustíveis, ainda que nos limites autorizados por lei, implicaram verdadeira majoração indireta da carga tributária e devem observar a regra da anterioridade nonagesimal, prevista no art. 195, § 6º, da Constituição Federal. ([Leading Case - RE 1390517](#). Data do julgamento de mérito: 12/04/2023 - Data da publicação do acórdão de mérito: 17/04/2023 - Data do trânsito em julgado: 13/05/2023)
- [Tema 1046 – STF](#): São constitucionais os acordos e as convenções coletivos que, ao considerarem a adequação setorial negociada, pactuam limitações ou afastamentos de direitos trabalhistas, independentemente da explicitação especificada de vantagens compensatórias, desde que respeitados os direitos absolutamente indisponíveis. ([Leading Case - ARE 1121633](#). Data do julgamento de mérito: 02/06/2022 - Data da publicação do acórdão de mérito: 28/04/2023 - Data do trânsito em julgado: 09/05/2023)
- [Tema 1118 - STJ](#) : Somente mediante lei estadual/distrital específica poderá ser atribuída ao alienante responsabilidade solidária pelo pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA do veículo alienado, na hipótese de ausência de comunicação da venda do bem ao órgão de trânsito competente. ([Leading Case - REsp 1881788/SP, REsp 1953201/SP e REsp 1937040/RJ](#). Data do julgamento de mérito: 23/11/2022 - Data da publicação do acórdão de mérito: 01/12/2022 - Data do trânsito em julgado: 07/03/2023)
- [Tema 281 – STF](#) : É constitucional o art. 22A da Lei nº 8.212/1991, com a redação da Lei nº 10.256/2001, no que instituiu contribuição previdenciária incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção, em substituição ao regime anterior da contribuição incidente sobre a folha de salários. ([Leading Case RE 611601](#). Data do julgamento de mérito: 17/12/2022 - Data da publicação do acórdão de mérito: 24/04/2023 - Data do trânsito em julgado: 03/05/2023)

TRÂNSITO EM JULGADO

Direito Privado

- [Tema 963 - STJ](#): Não há direito de regresso portanto não é cabível a execução regressiva proposta pela ELETROBRÁS contra a UNIÃO em razão da condenação das mesmas ao pagamento das diferenças na devolução do empréstimo compulsório sobre o consumo de energia elétrica ao PARTICULAR CONTRIBUINTE da exação. ([Leading Case - REsp 1583323/PR](#) e [REsp 1576254/RS](#). Data do julgamento de mérito: 26/06/2019 - Data da publicação do acórdão de mérito: 04/09/2019 - Data do trânsito em julgado: 11/05/2023) **Anotações:** Tema 489/STF - Responsabilidade solidária da União pelo pagamento de correção monetária integral referente a crédito oriundo de devolução de empréstimo compulsório sobre o consumo de energia elétrica. Tema 1183/STF - Cabimento de execução regressiva pela Eletrobras contra a União Federal nas hipóteses de condenação solidária das partes, por decisão transitada em julgado, na devolução das diferenças de empréstimo compulsório sobre o consumo de energia elétrica.

Direito Criminal

- [Tema 150 - STF](#): Não se aplica ao reconhecimento dos maus antecedentes o prazo quinquenal de prescrição da reincidência, previsto no art. 64, I, do Código Penal, podendo o julgador, fundamentada e eventualmente, não promover qualquer incremento da pena-base em razão de condenações pretéritas, quando as considerar desimportantes, ou demasiadamente distanciadas no tempo, e, portanto, não necessárias à prevenção e repressão do crime, nos termos do comando do artigo 59, do Código Penal. ([Leading Case RE 593818](#) - Data do julgamento de mérito: 18/08/2020 - Data da publicação do acórdão de mérito: 23/11/2020 - Data do trânsito em julgado: 26/05/2023)

- [Tema 1167 - STJ](#): A audiência prevista no art. 16 da Lei 11.340/2006 tem por objetivo confirmar a retratação, não a representação, e não pode ser designada de ofício pelo juiz. Sua realização somente é necessária caso haja manifestação do desejo da vítima de se retratar trazida aos autos antes do recebimento da denúncia. ([Leading Case - REsp 1964293/MG](#) e [REsp 1799547/MG](#). Data do julgamento de mérito: 08/03/2023 - Data da publicação do acórdão de mérito: 29/03/2023 - Data do trânsito em julgado: 15.05.2023)

- [Tema 1167 - STJ](#): A audiência prevista no art. 16 da Lei 11.340/2006 tem por objetivo confirmar a retratação, não a representação, e não pode ser designada de ofício pelo juiz. Sua realização somente é necessária caso haja manifestação do desejo da vítima de se retratar trazida aos autos antes do recebimento da denúncia. ([Leading Case - REsp 1964293/MG](#) e [REsp 1799547/MG](#). Data do julgamento de mérito: 08/03/2023 - Data da publicação do acórdão de mérito: 29/03/2023 - Data do trânsito em julgado: 15.05.2023)

Direito Público, privado e criminal

- [Tema 477 – STF](#): 1. A revogação ou modificação do ato normativo em que se fundou a edição de enunciado de súmula vinculante acarreta, em regra, a necessidade de sua revisão ou cancelamento pelo Supremo Tribunal Federal, conforme o caso. 2. É constitucional a previsão legislativa de perda dos dias remidos pelo condenado que comete falta grave no curso da execução penal. ([Leading Case RE 1116485](#). Data do julgamento de mérito: 24/04/2023 - Data da publicação do acórdão de mérito: 24/04/2023 - Data do trânsito em julgado: 16/05/2023)

Aviso do NUGEPNAC-TJPE

Prezados.

Informo que o Conselho Nacional de Justiça **procedeu com alterações** da Tabela Processual Única (TPU) concernente às **suspensões** dos processos em virtude do microsistema dos Recursos Repetitivos do Código de Processo Civil, sendo implementada nos sistemas do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Solicito atenção quanto aos lançamentos das decisões visto que, se realizada de forma incorreta, tem-se como consequência:

- a) impossibilidade do efetivo controle dos processos sobrestados perante o Tribunal de Justiça de Pernambuco, conforme determina a resolução nº 235 do CNJ;**
- b) quando do julgamento do repetitivo, impossibilidade na localização do processo para seu respectivo prosseguimento;**
- c) os relatórios enviados ao CNJ via sistema se apresentam com inconsistências, o que dificulta a identificação de prioridades a serem dadas no julgamento do respectivo repetitivo;**

Ademais, tal proceder prejudica a obtenção do Prêmio CNJ de Qualidade para o TJPE e o controle efetivo dos processos pelo NUGEPNAC.

Suspensão realizado pelo Magistrado/Assessor por (código 25):
Código 265 – Recurso Extraordinário com Repercussão Geral do STF: link
Código 12100 – Por Decisão do Presidente do STF – SIRDR: link
Código 11975 – Recurso Especial Repetitivo do STJ: link
Código 12099 – Por Decisão do Presidente do STJ – SIRDR: link
Código 14970 – Por Controvérsia do STJ: link
Código 14969 – Por Grupo de Representativo no TJPE: Link
Código 12098 – Por Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas no TJPE: link
Código 14968 – Por Incidente de Assunção de Competência no TJPE: link

Suspensões por:

1) Recurso Extraordinário com Repercussão Geral (STF) – código 265:

Art. 1.036. Sempre que houver multiplicidade de recursos extraordinários ou especiais com fundamento em idêntica questão de direito, haverá afetação para julgamento de acordo com as disposições desta Subseção, observado o disposto no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal e no do Superior Tribunal de Justiça.

2) Por Decisão do Presidente do STF – SIRDR – código 12100:

Art. 982. Admitido o incidente, o relator:

(...)

§ 3º Visando à garantia da segurança jurídica, qualquer legitimado mencionado no art. 977, incisos II e III, poderá requerer, ao tribunal competente para conhecer do recurso extraordinário ou especial, a suspensão de todos os processos individuais ou coletivos em curso no território nacional que versem sobre a questão objeto do incidente já instaurado.

§ 4º Independentemente dos limites da competência territorial, a parte no processo em curso no qual se discuta a mesma questão objeto do incidente é legitimada para requerer a providência prevista no § 3º deste artigo.

3) Recurso Especial Repetitivo (STJ) – código 11975:

Art. 1.036. Sempre que houver multiplicidade de recursos extraordinários ou especiais com fundamento em idêntica questão de direito, haverá afetação para julgamento de acordo com as disposições desta Subseção, observado o disposto no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal e no do Superior Tribunal de Justiça.

4) Por Decisão do Presidente do STJ – SIRDR – código 12099:

Art. 982. Admitido o incidente, o relator:

(...)

§ 3º Visando à garantia da segurança jurídica, qualquer legitimado mencionado no art. 977, incisos II e III, poderá requerer, ao tribunal competente para conhecer do recurso extraordinário ou especial, a suspensão de todos os processos individuais ou coletivos em curso no território nacional que versem sobre a questão objeto do incidente já instaurado.

§ 4º Independentemente dos limites da competência territorial, a parte no processo em curso no qual se discuta a mesma questão objeto do incidente é legitimada para requerer a providência prevista no § 3º deste artigo.

5) Por Controvérsia no STJ – código 14970:

- Identifica os processos suspensos ou sobrestados em face de controvérsia reconhecida pelo STJ, nos termos de seu Regimento Interno.

Art. 1.036. Sempre que houver multiplicidade de recursos extraordinários ou especiais com fundamento em idêntica questão de direito, haverá afetação para julgamento de acordo com as disposições desta Subseção, observado o disposto no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal e no do Superior Tribunal de Justiça.

§ 1º O presidente ou o vice-presidente de tribunal de justiça ou de tribunal regional federal selecionará 2 (dois) ou mais recursos representativos da controvérsia, que serão encaminhados ao Supremo Tribunal Federal ou ao Superior Tribunal de Justiça para fins de afetação, determinando a suspensão do trâmite de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que tramitem no Estado ou na região, conforme o caso.

6) Por Grupo de Representativo – código 14969:

Movimento utilizado para identificar os processos que permanecem na origem suspensos ou sobrestados, após a remessa a Tribunal Superior de grupo de representativos da controvérsia, nos termos do art. 1.036, § 1º do CPC.

Art. 1.036. Sempre que houver multiplicidade de recursos extraordinários ou especiais com fundamento em idêntica questão de direito, haverá afetação para julgamento de acordo com as disposições desta Subseção, observado o disposto no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal e no do Superior Tribunal de Justiça.

§ 1º O presidente ou o vice-presidente de tribunal de justiça ou de tribunal regional federal selecionará 2 (dois) ou mais recursos representativos da controvérsia, que serão encaminhados ao Supremo Tribunal Federal ou ao Superior Tribunal de Justiça para fins de afetação, determinando a suspensão do trâmite de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que tramitem no Estado ou na região, conforme o caso.

7) Por Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas no TJPE – código 12098:

De acordo com o inciso I, será determinada a suspensão dos processos pendentes, individuais ou coletivos, que tramitam no Estado ou na região, conforme o caso.

Art. 982. Admitido o incidente, o relator:

I - suspenderá os processos pendentes, individuais ou coletivos, que tramitam no Estado ou na região, conforme o caso.

8) Por Incidente de Assunção de Competência no TJPE – código 14968:

Movimento utilizado por todo e qualquer unidade jurisdicional que promova a suspensão ou sobrestamento em face de incidente de assunção de competência.

Art. 947. É admissível a assunção de competência quando o julgamento de recurso, de remessa necessária ou de processo de competência originária envolver relevante questão de direito, com grande repercussão social, sem repetição em múltiplos processos.

INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS E DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA NO TJPE

1. Incidentes propostos

1.1 – Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas

IRDR	Situação: Proposto – suspensão pelo tema 986 STJ	Órgão julgador: Seção de Direito Público
Questão submetida a o julgamento	Inclusão da Tarifa de Uso do Sistema Transmissão de Energia Elétrica (TUST) e da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica (TUSD) na base de cálculo do ICMS.	
Tese firmada	-----	
Referência Legislativa	-----	
Data da Autuação	07/12/2017	
Processo Paradigma	0005482-85.2017.8.17.0000	
Relator	Des. Paulo Romero de Sá Araújo	
Publicação do Acórdão	-----	
Trânsito em julgado	-----	

IRDR	Situação: Proposto	Órgão julgador: Seção de Direito Cível
Questão submetida a o julgamento	A possibilidade de efetivação de notificação extrajudicial, nas ações de busca e apreensão amparadas em pacto adjeto de alienação fiduciária, pelo próprio credor ou por empresa privada por si contratada.	
Tese firmada	-----	
Referência Legislativa	art. 2º, §2º, do Decreto-lei nº 911/69	
Data da Autuação	07/04/2017	
Processo Paradigma	0001574-20.2017.8.17.0000	
Relator	Des. Alberto Nogueira Virginio	
Publicação do Acórdão	-----	
Trânsito em julgado	-----	

IRDR	Situação: Proposto	Órgão julgador: Seção de Direito Público
Questão submetida a o julgamento	Eliminar divergência quanto ao entendimento deste Tribunal de Justiça consistente na ofensa ao princípio da irredutibilidade de vencimentos, em função da inexistência de reajuste sobre a gratificação incorporada aos vencimentos, a título de estabilidade financeira.	
Tese firmada	-----	
Referência Legislativa	-----	
Data da Autuação	11/06/2018	
Processo Paradigma	0002537-91.2018.8.17.0000	
Relator	Des. Waldemir Tavares de Albuquerque Filho	
Publicação do Acórdão	-----	
Trânsito em julgado	-----	

IRDR	Situação: Proposto	Órgão julgador: Seção de Direito Público
Questão submetida a o julgamento	Servidores públicos egressos da Câmara de Vereadores de Paulista que ingressaram no serviço público, sem concurso público, antes da promulgação da CF/1988, e sua consolidação em virtude do decurso do tempo.	
Tese firmada	-----	
Referência Legislativa	-----	
Data de autuação	07/12/2022	
Processo Paradigma	0023169-65.2022.8.17.9000	
Relator	Des. André Oliveira da Silva Guimarães	
Publicação do Acórdão	-----	
Trânsito em julgado	-----	

IRDR	Situação: Proposto	Órgão julgador: Seção de Direito Público
Questão submetida a o julgamento	Entendimento 01: Possibilidade de nomeação de candidatos aprovados para o concurso da Guarda Municipal de Jabotão dos Guararapes após o encerramento da validade do concurso onde houve nomeação de mais candidatos que o número de vagas ofertadas no certame. Entendimento 02: IMPOSSIBILIDADE de nomeação de candidatos aprovados para o concurso da Guarda Municipal de Jabotão dos Guararapes pois 1) o candidato foi classificado fora do número de vagas; 2) o Município nomeou mais candidatos que o número de vagas dentro da validade do concurso; 3) não haver direito subjetivo à nomeação por tais razões, na trilha do entendimento dos tribunais superiores, haja vista não ter sido demonstrada a preterição dos candidatos.	
Tese firmada	-----	
Referência Legislativa	-----	
Data de autuação	01/08/2022	
Processo Paradigma	0014122-67.2022.8.17.9000	
Relator	Des. Carlos Frederico Gonçalves de Moraes	
Publicação do Acórdão	-----	
Trânsito em julgado	-----	

IRDR	Situação: proposto	Órgão julgador: Seção de Direito Público
Questão submetida a julgamento	Irredutibilidade de subsídio em virtude do aumento de carga horária da Polícia Civil.	
Tese firmada	-----	
Referência Legislativa	-----	
Data de autuação	19/07/2021	
Processo Paradigma	0012812-60.2021.8.17.9000	
Relator	Des. Josué Antônio Fonseca de Sena	
Publicação do Acórdão	-----	
Trânsito em julgado	-----	

IRDR	Situação: Proposto	Órgão julgador: Seção de Direito Público
Questão submetida ao julgamento	Evitando o risco de julgamento contraditório, considerando que trata-se das partes conflitantes, servidores públicos, contra ato do Prefeito de São José do Egito – PE, que retirou parte da remuneração do salário destes servidores arbitrariamente, sendo todos os processos de Mandado de Segurança	
Tese firmada	-----	
Referência Legislativa	-----	
Data de autuação	17/06/2020	
Processo Paradigma	0000195-78.2020.8.17.9008	
Relator	Des. Josué Antônio Fonseca de Sena	
Publicação do Acórdão	-----	
Trânsito em julgado	-----	

IRDR	Situação: Proposto	Órgão julgador: Seção de Direito Público
Questão submetida ao julgamento	Viola o princípio constitucional do devido processo legal a redução dos proventos de aposentadoria de servidores inativos, de forma unilateral pela administração pública, sem que se tenha sido estabelecido o contraditório em regular processo administrativo instaurado para este fim.	
Tese firmada	-----	
Referência Legislativa	-----	
Data de autuação	14/01/2021	
Processo Paradigma	0000325-58.2021.8.17.9000 (paradigma 0000578- 22.2019.8.17.3340)	
Relator	Des. Waldemir Tavares de Albuquerque Filho	
Publicação do Acórdão	-----	
Trânsito em julgado	-----	

IRDR	Situação: Proposto	Órgão julgador: Seção de Direito Cível
Questão submetida ao julgamento	<ol style="list-style-type: none"> 1. A legitimidade do Banco do Brasil quanto à pretensão de restituição do valor do saldo das respectivas contas individuais do PASEP que teria sido sacado indevidamente; 2. A legitimidade passiva do Banco do Brasil quanto à pretensão de remuneração das respectivas contas individuais do PASEP; 3. Competência da Justiça comum estadual para processar e julgado a pretensão de restituição do valor do saldo das respectivas contas individuais de PASEP que teria sido sacado indevidamente; 4. Competência da Justiça comum estadual para processar e julgar a pretensão de remuneração (correção monetária, juros e resultados das aplicações financeiras) das respectivas contas individuais do PASEP; 5. Aplicação do Código de Defesa do Consumidor à lide subjacente; 6. Prazo de prescrição e o termo a quo aplicável (i) à pretensão de restituição do valor do saldo das respectivas contas individuais de PASEP que teria sido sacado indevidamente e (ii) à pretensão de remuneração destas contas; 7. Possibilidade de reconhecimento de ofício da incompetência de foro quando a escolha da comarca se der de forma aleatória pelo demandante, deixando de corresponder ao domicílio do autor; ao local do dano, e a hipótese não se tratar de foro de eleição; 8. A existência de dano moral in re ipsa em razão de os valores das contas individuais do PASEP terem sido sacados irregularmente ou indevidamente remunerados. 	
Tese firmada	-----	
Referência Legislativa	-----	
Data da Autuação	02/03/2021	
Processo Paradigma	0003107-38.2021.8.17.9000	
Relator	Des. Márcio Fernando de Aguiar Silva	
Publicação do Acórdão	-----	
Trânsito em julgado	-----	

IRDR	Situação: Proposto	Órgão julgador: Seção de Direito Público
Questão submetida ao julgamento	A aplicabilidade do piso salarial definido na Lei Federal 11.738/2008 aos professores da rede estadual com contratos temporários ante o teor do art. 10 da Lei Estadual 14.547/2011.	
Tese firmada	-----	
Referência Legislativa	art. 10, lei estadual 14.547/2011.	
Data da Autuação	09/05/2022	
Processo Paradigma	0008867-31.2022.8.17.9000 (0000266-12.2022.8.17.2218)	
Relator	Des. André Oliveira da Silva Guimarães	
Publicação do Acórdão	-----	
Trânsito em julgado	-----	

IRDR	Situação: Proposto	Órgão julgador: Seção de Direito Público
Questão submetida ao julgamento	aplicabilidade do piso salarial nacional do magistério aos contratados temporários, pois a Lei Federal nº 11.738/2008 não traz qualquer distinção entre os servidores efetivos e os contratados por tempo determinado.	
Tese firmada	-----	
Referência Legislativa	-----	
Data da Autuação	31/01/2023	
Processo Paradigma	0001856-14.2023.8.17.9000	
Relator	Des. Erik Simões – Des. Antenor Cardoso	
Publicação do Acórdão	-----	
Trânsito em julgado	-----	

1.2 – Incidente de Assunção de Competência

IAC	Situação: Proposto	Órgão julgador: Seção de Direito Privado
Questão submetida ao julgamento	1.Se há conexão entre uma ação de cumprimento de obrigação contratual e uma ação anulatória de ato administrativo referente à tal obrigação, isto nos termos do caput do art. 55, CPC, ou, no mínimo, com base no §2º do mesmo dispositivo? 2.Em havendo-a, se ela, a conexão, prevalece, de modo a fazer necessária a distribuição por prevenção, mesmo que, quando da propositura da segunda ação, a primeira já tenha sido julgada. Agora nos termos do caput do art. 141, RITJPE? 3.Se, por outro modo, há conexão entre a mesma ação anulatória e uma ação de homologação de transação, quando o ato administrativo questionado naquela é, ipsis literis, a transação homologada nesta? 4.Se o agravo de instrumento interposto contra decisão em tutela provisória (inciso I do art. 1015, CPC) perde o objeto por força da prolação pelo juízo agravado, da decisão definitiva de mérito?	
Tese firmada	-----	
Referência Legislativa	Art. 55, do CPC.	
Data da autuação	20/12/2021	
Processo Paradigma	0022202-54.2021.8.17.9000	
Relator	Des. Ruy Trezena Patu Júnior	
Publicação do Acórdão	-----	
Trânsito em julgado	-----	

2. Admitidos

Tema nº 04 IAC	Situação: Admitido	Órgão julgador: Órgão Especial
Questão submetida a o julgamento	Trata-se do cabimento de custas no Agravo de Instrumento.	
Tese firmada	-----	
Referência Legislativa	Art. 1.015 do CPC/2015	
Admissão	08/09/2021	
Processo Paradigma	0004199-27.2017.8.17.0000	
Relator	Des. Marco Antônio Cabral Maggi	
Publicação do Acórdão	-----	
Trânsito em julgado	-----	

Tema nº 07 IAC	Situação: Admitido	Órgão julgador: Seção de Direito Público
Questão submetida a o julgamento	Divergência reside sobre a existência ou não de desvio de função de servidor público estadual cedido a este próprio TJPE após prévia aprovação em processo seletivo interno e voltado ao atendimento do Programa PAD-FISCO, criado pela Lei Estadual no 12.019/2001, a fim de aqui ser investido na função (remunerada) de "Auxiliar no Cumprimento de Mandados Judiciais de Executivos Fiscais" e que, ao final, teria atuado no efetivo exercício das funções privativas do cargo público de Oficial de Justiça neste TJPE (inclusive porque designado como oficial de justiça ad hoc mediante Portaria Conjunta dos Juizes da 1a e 2a VEF da Capital)	
Tese firmada	-----	
Referência Legislativa	Portaria Conjunta no 01/2002, emanada dos Juizes da 1a e 2a Varas dos Executivos Fiscais da Capital na data de 14.03.2002	
Admissão	24/04/2019	
Processo Paradigma	0003749-84.2017.8.17.0000	
Relator	Des. Gabriel de Oliveira Cavalcanti	
Publicação do Acórdão	-----	
Trânsito em julgado	-----	

3. Julgados com tese jurídica firmada

3.1 – Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas

Tema nº 01 IRDR	Situação: Trânsito em Julgado	Órgão julgador: Órgão Especial
Questão submetida ao julgamento	Questiona-se a legalidade ou não do aplicativo UBER como meio de transporte remunerado de passageiros.	
Tese firmada	Assim sendo, com base no art. 485, incisos IV e VI do CPC, JULGO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO o presente incidente de resolução de demandas repetitivas em razão da perda de objeto, uma vez que a controvérsia que levou à sua instauração dizia respeito à aplicação de lei que não mais se encontra em vigor.	
Referência Legislativa	art. 170, inciso IV e parágrafo único, da Constituição Federal; art. 3º, § 2º, art. 4º, incisos VI a VIII, e art. 12 da Lei nº 12.587/2012; art. 2º da Lei nº 12.468/2011; arts. 1º e 2º da Lei Municipal nº 18.176/2015; Decreto Municipal nº 29.558/2016	
Admissão	07/03/2017	
Processo Paradigma	0011342-04.2016.8.17.0000	
Relator	Des. Carlos Frederico Gonçalves de Moraes	
Publicação do Acórdão	20/03/2017	
Trânsito em julgado	15/10/2019	

Tema nº 02 IRDR	Situação: Trânsito em julgado	Órgão julgador: Seção de Direito Público
Questão submetida ao julgamento	O cerne da controvérsia cinge-se em definir se o Estado pode permitir o uso dos créditos presumidos e, só depois, sobre o que for ao final arrecadado, proceder à entrega dos 25% pertencentes aos Municípios, ou se primeiro se faz a repartição do total devido de ICMS, ou seja, destinam-se os 25% aos Municípios e, só então, sobre os seus 75%, poderia aceitar o uso de créditos presumidos pelas empresas beneficiadas pelo PRODEPE.	
Tese firmada	"É regular a concessão de incentivos, benefícios ou isenções fiscais oriundos do PRODEPE pelo Estado, sendo apenas o montante efetivamente arrecadado objeto de repasse de ICMS aos Municípios, previsto no art. 158, IV, da CF, sem que isso implique burla à sistemática constitucional de repasse das cotas municipais"	
Referência Legislativa	art. 158, IV, da CF	
Admissão	15/03/2017	
Processo Paradigma	0015298-39.2016.8.17.2001	
Relator	Des. Jorge Américo Pereira de Lira	
Publicação do Acórdão	19/09/2019	
Trânsito em julgado	03/02/2020	

Tema nº 03 IRDR	Situação: Trânsito em julgado	Órgão julgador: Seção de Direito Público
Questão submetida a o julgamento	O presente IRDR cinge-se ao pagamento aos Agentes e Escrivães de Polícia Civil da Gratificação por Exercício na Atividade de Inteligência (GEAI) no valor correspondente a ocupante de cargo de nível superior, no período de janeiro/2009 a setembro/2011, face a alteração dos referidos cargos de nível médio para superior perpetrada pela LCE nº 137/08 (publicada em 31/12/2008)	
Tese firmada	"Agentes e Escrivães da Polícia Civil, que adentraram na corporação antes da LCE nº 137/2008, fazem jus à percepção da Gratificação por Exercício na Atividade de Inteligência - GEAI no valor devido aos ocupantes de cargo de nível superior no período de janeiro de 2009 a setembro de 2011"	
Referência Legislativa	Lei Complementar Estadual nº 137/08	
Admissão	01/11/2017	
Processo Paradigma	0025375-98.2013.8.17.0001	
Relator	Des. Itamar Pereira Da Silva Junior	
Publicação do Acórdão	18/11/2021	
Trânsito em julgado	28/07/2022	

Tema nº 04 IRDR	Situação: Pendente de a dmissibilidade de REsp	Órgão julgador: Seção de Direito Público
Questão submetida a o julgamento	"O tema central aduzido no presente incidente versa sobre o aumento da carga horária dos Policiais Civis do Estado de Pernambuco de 6 (seis) para 8 (oito) horas diárias que teria ocorrido sem a devida majoração dos seus vencimentos, por meio do art. 19, da LCE nº 155/2010, no que tange à incidência ou não do instituto da prescrição do próprio fundo de direito.	
Tese firmada	Não há que se falar em prescrição do fundo de direito nas demandas em que se pleiteia o pagamento de diferenças salariais devidas aos policiais civis do estado de Pernambuco, em razão do aumento da jornada de trabalho sem a correspondente contraprestação pecuniária, adveniente da edição da lei complementar estadual nº 155, de 2010, ocorrendo apenas a prescrição quinquenal das parcelas vencidas, conforme a súmula nº 85 do superior tribunal de justiça.	
Referência Legislativa	Art. 19. (Lei Complementar 155/2010)	
Admissão	29/11/2017	
Processo Paradigma	0012855-07.2016.8.17.0000	
Relator	Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto	
Publicação do Acórdão	14/02/2020	
Trânsito em julgado	-----	

Tema nº 05 IRDR	Situação: Pendente de admissibilidade de REsp	Órgão julgador: Seção de Direito Cível
Questão submetida ao julgamento	<p>1) questão nuclear: condicionamento da validade do negócio jurídico de empréstimo bancário a pessoa analfabeta à observância de formalidade essencial para sua contratação;</p> <p>2) questão adjacente: configuração da responsabilidade objetiva de instituição financeira pelo dever de indenizar pessoa analfabeta por dano moral in re ipsa, na hipótese de concessão de crédito sem a observância de formalidade essencial para a contratação;</p> <p>3) questão adjacente: possibilidade de aplicação ex officio do instituto da compensação, previsto no art. 368 do CCB, quando resultar provada a utilização, por pessoa analfabeta, de quantia disponibilizada por instituição financeira em decorrência de mútuo feneratício efetivamente não contratado pelo tomador, ou judicialmente declarado inválido por ter sido contratado sem a observância de formalidade essencial;</p> <p>4) questão adjacente: quando a causa de pedir da pretensão de declaração de inexistência de débito, reputado decorrente de empréstimo bancário a pessoa analfabeta, está limitada à negativa de contratação do negócio jurídico, é possível o reconhecimento da nulidade por vício formal do contrato refletido em documentos juntados aos autos? Há determinação de a suspensão de todos os processos pendentes no Estado de Pernambuco, em ambos os graus de jurisdição e no âmbito dos juizados especiais, nos quais se discuta a questão nuclear controvertida.</p>	
Tese firmada	<p>PRIMEIRA TESE JURÍDICA: Nos termos do art. 595 do Código Civil, é válida a contratação de empréstimo bancário consignado por pessoa analfabeta através de instrumento particular firmado a rogo, com subscrição por duas testemunhas, sendo desnecessária a prévia constituição do rogado como procurador do tomador do serviço. A contrario sensu, será inválido o instrumento contratual no qual o analfabeto tenha se limitado a apor sua impressão digital, ainda que esteja subscrito por duas testemunhas”.</p> <p>SEGUNDA TESE JURÍDICA: A inobservância de formalidade prevista em lei para a contratação válida de empréstimo consignado por pessoa analfabeta não implica, por si só, a configuração da responsabilidade da instituição financeira concedente pelo dever de indenizar por dano moral presumido, ou in re ipsa”.</p> <p>TERCEIRA TESE JURÍDICA: É possível a aplicação ex officio do instituto da compensação, previsto no art. 368 do Código Civil, quando nos autos resultar provada a utilização, por pessoa analfabeta, de quantia disponibilizada em decorrência de empréstimo bancário por ela não efetivamente contratado, ou judicialmente declarado inválido por ter sido contratado sem a observância de formalidade legal pertinente”.</p> <p>QUARTA TESE JURÍDICA: Em lide na qual o fundamento da pretensão resistida tenha sido a negativa de contratação de empréstimo bancário por pessoa analfabeta, afinal desconstituído quando da contestação, posterior suscitação de invalidade da então demonstrada contratação somente poderá ser considerada pelo juiz se, antes da sentença, tiver sido facultado à instituição financeira ré manifestar-se sobre a alteração da causa de pedir, empreendida de ofício ou por iniciativa da parte autora”. O voto vencido preconizava a prévia anuência da instituição financeira ré como condição para a admissibilidade da alteração da causa de pedir.</p>	
Referência Legislativa	Artigo 104 do Código Civil	
Admissão	08/02/2021	
Processo Paradigma	0016553-79.2019.8.17.9000	
Relator	Des. Fernando Eduardo Ferreira	
Publicação do Acórdão	08/03/2022	
Trânsito em julgado		

Tema nº 06 IRDR	Situação: Acórdão Publicado	Órgão julgador: Seção Criminal
Questão submetida ao julgamento	A suspensão dos efeitos práticos da contagem em dobro do tempo de prisão nas unidades integrantes do denominado Complexo do Curado, bem como o sobrestamento de todos os recursos de agravo de execução, relacionados à questão jurídica em apreço, até o julgamento do presente Incidente de Resoluções de Demandas Repetitivas nº 0008770-65.2021.8.17.9000	
Tese firmada	<p>TESE 1: A contagem em dobro do tempo de prisão cumprido no Complexo Penitenciário do Curado, em Recife/PE, estabelecida pela Resolução de 28/11/2018 da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) possui a natureza jurídica de remição sui generis ou, mais precisamente, de “remição por superlotação”.</p> <p>TESE 2: Para evitar a superpopulação carcerária e as suas consequências no Complexo Penitenciário do Curado, os juízes da execução penal devem observar, em primeiro lugar, a aplicação da Súmula Vinculante nº 56 e as diretrizes fixadas pelo STF na repercussão geral do RE 641.320/RS.</p> <p>TESE 3: Após esgotados os parâmetros fixados no RE 641.320/RS, o benefício da contagem em dobro do tempo de prisão cumprido no Complexo Penitenciário do Curado, em Recife/PE, previsto na Resolução de 28/11/2018 da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), somente se aplica aos detentos que não forem acusados ou condenados em razão dos crimes contra a vida, a integridade física e a dignidade sexual, assim classificados pelo Código Penal, bem como não se adota aos recolhidos em virtude dos crimes hediondos e equiparados previstos na Lei nº 8.072/90.</p> <p>TESE 4: O termo inicial da contagem em dobro do tempo de prisão cumprido no Complexo Penitenciário do Curado, em Recife/PE, prevista na Resolução de 28/11/2018 da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), é a data do ingresso do detento no referido estabelecimento prisional, independentemente da data em que o Estado brasileiro foi notificado da deliberação.</p> <p>TESE 5: Na hipótese de superveniente condenação por crime posterior no curso da execução, antes de se proceder à soma determinada no art. 111, parágrafo único, da Lei nº 7.210/84, faz-se necessário efetuar a separação das penas tão somente para fins do cálculo do cômputo em dobro estabelecido pela Resolução de 28/11/2018 da Corte Interamericana de Direitos Humanos, a fim de evitar a denominada “poupança de tempo de prisão”.</p>	
Referência Legislativa	artigo 66, I, da LEP	
Admissão	21/06/2021	
Processo Paradigma	0008770-65.2021.8.17.9000	
Relator	Des. Demócrito Ramos Reinaldo Filho	
Publicação do Acórdão	08/09/2022	
Trânsito em julgado		

3.2 – Incidentes de Assunção de Competência

Tema nº 01 IAC	Situação: Trânsito em julgado	Órgão julgador: Órgão Especial
Questão submetida ao julgamento	Se o trânsito em julgado do primeiro recurso protocolado no Tribunal antes da vigência do CPC/2015 faz desaparecer a prevenção funcional do relator para julgamento dos recursos subsequentes oriundos do mesmo processo ou de processo conexo, em atenção ao art. 67-B do RITJPE, não se aplicando, em tais casos, o art. 930, parágrafo único, do CPC/2015	
Tese firmada	Verificado que o julgamento do primeiro recurso transitou em julgado antes da vigência do novo código de processo civil - circunstância que, de acordo com o § 5º do art. 67-b do regimento interno do tribunal de justiça do estado de Pernambuco, fez desaparecer a prevenção funcional - não se aplica o comando contido no parágrafo único do art. 930 do novo diploma processual civil, devendo o novo recurso ser distribuído com observância da alternatividade, do sorteio eletrônico e da publicidade, na conformidade do que está previsto na cabeça do art. 930 do código de processo civil.	
Referência Legislativa	Art. 930 do Código de Processo Civil	
Admissão	08/08/2016	
Processo Paradigma	0000293-29.2017.8.17.0000	
Relator	Des. Jose Fernandes de Lemos	
Publicação do Acórdão	07/04/2017	
Trânsito em julgado	06/07/2017	

Tema nº 02 IAC	Situação: Trânsito em julgado	Órgão julgador: Órgão Especial
Questão submetida ao julgamento	Competência para processar e julgar ações que versem sobre pedidos de partilha posteriores ao divórcio.	
Tese firmada	Compete ao juízo da vara de família que decretar o divórcio o julgamento das ações de partilha de bens distribuídas após a dissolução da sociedade conjugal.	
Referência Legislativa	Art. 42 do Código de Processo Civil	
Admissão	15/08/2016	
Processo Paradigma	0005871-07.2016.8.17.0000	
Relator	Des. Evandro Sergio Netto de Magalhaes Melo	
Publicação do Acórdão	03/10/2018	
Trânsito em julgado	30/01/2019	

Tema nº 03 IAC	Situação: Pendente de admissibilidade de REsp	Órgão julgador: Órgão Especial
Questão submetida ao julgamento	Discute-se a amplitude do artigo 942 do CPC.	
Tese firmada	<p>PRIMEIRA TESE JURÍDICA: "O órgão colegiado de maior composição, para o qual foi deslocada a competência para julgar a ação rescisória, examinará toda a causa, inclusive as questões prévias já decididas, por unanimidade, no órgão originário"</p> <p>SEGUNDA TESE JURÍDICA: "O órgão colegiado de maior composição, para o qual foi deslocada a competência para julgar a ação rescisória, exercerá o juízo rescindente, e, se disso for o caso, o juízo rescisório, rejuizando a causa por completo"</p> <p>TERCEIRA TESE JURÍDICA: "Proferido o julgamento pelo órgão de maior composição, por força do disposto no inciso I do § 3º do artigo 942 CPC, os embargos de declaração interpostos contra o acórdão respectivo, serão conhecidos, processados e julgados pelo órgão colegiado* de onde originou-se o acórdão que se impugna"</p> <p>QUARTA TESE JURÍDICA: Incidindo a regra do inciso I do § 3º do artigo 942, o órgão de maior composição, para o qual foi deslocada a competência, julgará a causa na sua inteireza, sem a participação dos julgadores do órgão originário, salvo se integrem o órgão maior, não sendo computados os votos proferidos no órgão primevo.</p> <p>QUINTA TESE JURÍDICA: "A ação rescisória ajuizada contra acórdão, por ser da competência originária de órgão de maior composição, não atrai a incidência do artigo 942 do CPC"</p> <p>SEXTA TESE JURÍDICA: "No recurso de apelação, incidirá o artigo 942, do CPC, sempre que o julgamento for não unânime, independentemente do seu conteúdo"</p> <p>SÉTIMA TESE JURÍDICA: Os julgadores convocados para o julgamento ampliado de apelação e agravo de instrumento, não estarão limitados ao capítulo da divergência, podendo votar sobre todo o objeto do recurso.</p> <p>OITAVA TESE JURÍDICA Amplia-se o colegiado quando, por maioria de votos, a decisão dos embargos de declaração alterar o resultado unânime da apelação.</p> <p>NONA TESE JURÍDICA: Não incidirá o artigo 942 do CPC, quando o provimento majoritário dos embargos de declaração em nada alterar o conteúdo do ato judicial embargado.</p> <p>DÉCIMA TESE JURÍDICA: "Compete ao órgão colegiado de composição ampliada que proferiu o acórdão, julgar os embargos de declaração respectivos, mantidos os julgadores que participaram do ato embargado, se não estiverem afastados por qualquer motivo"</p> <p>DÉCIMA PRIMEIRA TESE JURÍDICA: "incidirá o art. 942, do código de processo civil, em julgamento não unânime de agravo interno em apelação, desde que a divergência guarde pertinência com o conteúdo do apelo"</p> <p>DÉCIMA SEGUNDA TESE JURÍDICA: "INCIDE O ART. 942, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, NO JULGAMENTO NÃO UNÂNIME DE AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO, QUANDO REFORMAR A DECISÃO INTERLOCUTÓRIA DE 1º GRAU QUE ANTECIPOU PARCELA DE MÉRITO"</p>	
Referência Legislativa	Art. 942 do CPC/2015	
Admissão	22/01/2018	
Processo Paradigma	0000181-26.2018.8.17.0000	
Relator	Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves	
Publicação do Acórdão	26/11/2018	
Trânsito em julgado	-----	

Tema nº 05 IAC	Situação: Trânsito em julgado	Órgão julgador: Seção Cível
Questão submetida ao julgamento	Se a possibilidade de conversão da ação de busca e apreensão em ação executiva, prevista no art. 4º do Decreto Lei nº 91.1/69, modificaria a competência das Varas Cíveis ou tão somente alteraria o rito pelo qual será processada a ação.	
Tese firmada	ficou reconhecida a competência das varas de execução de títulos executivos extrajudiciais para processar e julgar execução decorrente da conversão da ação de busca e apreensão, nos moldes do disposto no art. 4º do Decreto-Lei nº 911/69, com efeito 'ex nunc', conforme § 3º, do art. 947, do CPC.	
Referência Legislativa	art. 4º do Decreto-Lei nº 911/69	
Admissão	21/08/2018	
Processo Paradigma	0008474-53.2016.8.17.0000	
Relator	Des. Jovaldo Nunes Gomes	
Publicação do Acórdão	31/08/2018	
Trânsito em julgado	06/11/2018	

Tema nº 06 IAC	Situação: Pendente de admissibilidade de REsp	Órgão julgador: Seção de Direito Público
Questão submetida ao julgamento	Cabimento, ou não, da condenação da parte executada ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais em ação de execução fiscal extinta em virtude da quitação do débito tributário na via administrativa após o ajuizamento da demanda, mas antes da citação.	
Tese firmada	Não cabe a condenação da parte executada ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais em ação de execução fiscal extinta em virtude da quitação do débito tributário na via administrativa após o ajuizamento da demanda, mas antes da citação.	
Referência Legislativa	art. 85 do CPC	
Admissão	12/09/2018	
Processo Paradigma	0001601-66.2018.8.17.0000	
Relator	Des. Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello	
Publicação do Acórdão	08/08/2022	
Trânsito em julgado	-----	

Tema nº 08 IAC	Situação: Julgado	Órgão julgador: Seção de Direito Cível
Questão submetida ao julgamento	definir se as operadoras de saúde estão obrigadas a custear o tratamento multidisciplinar de segurados portadores de Transtorno do Espectro Autista (TEA)	
Tese firmada	<p>Incidente de Assunção de Competência julgado procedente para, consoante o que dispõe o artigo 947 do CPC, firmar as seguintes teses: Tese 1.0 – Para a cobertura dos procedimentos que envolvam o tratamento/manejo dos beneficiários com o Transtorno do Espectro Autista, a operadora deverá oferecer atendimento por prestador apto a executar o método ou técnica indicados pelo médico ou dentista assistente para tratar a doença ou agravo do paciente, nos termos da Resolução Normativa da ANS nº 465/2021, (com a redação dada pela Resolução da ANS nº 539/2022), inclusive em ambiente escolar e domiciliar, à luz do disposto na Lei nº 12.764/2012 art. 3º, I, III e parágrafo único.</p> <p>Tese 1.1 – Os requisitos necessários para que o profissional de saúde seja considerado especialista nos métodos ABA (análise do comportamento aplicada), BOBATH, HANEN, PECS, PROMPT, TEACCH e INTEGRAÇÃO SENSORIAL, de acordo com o art. 6º da Resolução Normativa da ANS nº 465/2021, devem estar conforme legislação específica sobre as profissões de saúde e regulamentação de seus respectivos conselhos profissionais.</p> <p>Tese 1.2 – Comprovada a inaptidão e/ou indisponibilidade da rede credenciada para oferecer atendimento por prestador apto a executar o método ou técnica indicados pelo médico assistente para tratar a doença ou agravo do paciente com TEA – Transtorno do Espectro Autista, cabe o custeio pelo plano de saúde do mesmo tratamento na rede particular, consoante dispõe a Resolução Normativa nº 539/2022 da ANS.</p> <p>Tese 1.3 – O reembolso: a) será nos termos do contrato, consoante previsto no art. 12, VI, da Lei 9.656/1998, para os casos em que, mesmo havendo a prestação adequada do serviço de saúde na rede credenciada, o beneficiário optar por realizá-lo na rede particular; b) será integral, no prazo de 30 (trinta) dias, quando a operadora descumprir o seu dever de garantir o atendimento, ante a indisponibilidade ou inexistência de prestador integrante da rede assistencial conveniada, nos termos do art. 9º da Resolução da ANS nº 259/2011; c) será integral, no prazo de 30 (trinta) dias, na hipótese em que, por recusa manifestamente indevida de cobertura pelo plano de saúde, o beneficiário seja obrigado a pagar os custos do atendimento. Tese 1.4 - A negativa de custeio das terapias multidisciplinares de cobertura contratual obrigatória para tratamento do Transtorno do Espectro Autista poderá ensejar reparação por danos morais, mesmo antes da entrada em vigor da Resolução Normativa da ANS nº 539/2022.</p> <p>Tese 2.0 - As terapias especiais de hidroterapia, equoterapia, musicoterapia, psicopedagogia e psicomotricidade, quando aplicadas por profissionais da área de saúde, têm obrigatoriedade de cobertura pelas operadoras de planos de saúde.</p> <p>Tese 2.1 - Comprovada a inaptidão e/ou indisponibilidade da rede credenciada para oferecer atendimento por prestador apto a executar as terapias especiais de hidroterapia, equoterapia, musicoterapia, psicopedagogia e psicomotricidade, indicadas pelo médico assistente para tratar doença ou agravo do paciente com TEA – Transtorno do Espectro Autista, cabe o custeio pelo plano de saúde do mesmo tratamento na rede particular, consoante dispõe a Resolução Normativa nº 539/2022 da ANS.</p> <p>Tese 2.2 – O reembolso para as terapias especiais de cobertura obrigatória de hidroterapia, equoterapia, musicoterapia, psicopedagogia e psicomotricidade: a) será nos termos do contrato, consoante previsto no art. 12, VI, da Lei 9.656/1998, para os casos em que, mesmo havendo a prestação adequada da terapia na rede credenciada, o beneficiário optar por realizá-la na rede particular; b) será integral, no prazo de 30 (trinta) dias, quando a operadora descumprir o seu dever de garantir o atendimento, ante a indisponibilidade ou inexistência de prestador integrante da rede assistencial conveniada, nos termos do art. 9º da Resolução da ANS nº 259/2011; c) será integral, no prazo de 30 (trinta) dias, por recusa manifestamente indevida de cobertura pelo plano de saúde, o beneficiário seja obrigado a pagar os custos do atendimento.</p> <p>Tese 2.3 - A negativa de custeio das terapias especiais de hidroterapia, equoterapia, musicoterapia, psicopedagogia e psicomotricidade de cobertura contratual obrigatória para tratamento do Transtorno do Espectro Autista enseja reparação por danos morais, a partir da entrada em vigor da Resolução Normativa da ANS nº 539/2022, que as regulamentou;</p>	
Referência Legislativa	Art. 10º, §4º, da lei 9656/1998, e Resolução normativa ANS 465/2021	
Admissão	02/12/2019	
Processo Paradigma	0018952-81.2019.8.17.9000	
Relator	Des. Francisco Manoel Tenório dos Santos	
Publicação do Acórdão	08/08/2022	
Trânsito em julgado		

4. Inadmitidos

IRDR	Situação: Inadmitido	Órgão julgador:
Questão submetida ao julgamento	FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA - corte de energia sem notificação - município de carpina	
Inadmissão	<p>Para a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas é preciso que sejam preenchidos alguns requisitos cumulativos (art. 976). O primeiro requisito é o da existência de efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito (art. 976, I). Verifica-se, aí, em primeiro lugar, que o IRDR não pode ser instaurado em caráter preventivo, exigindo que já exista uma efetiva repetição de processos. Além disso, fica claro que o incidente se destina à definição de um padrão decisório para as questões de direito, e não para as questões fáticas (as quais, evidentemente, podem variar de um caso concreto para outro). Não é preciso, porém, que o número de processos instaurados já seja muito grande, bastando haver repetição de processos de que já se possa inferir o caráter repetitivo daquele tipo de demanda (FPPC, enunciado 87). (...)</p> <p>Só será instaurado o IRDR se estiverem presentes todos os seus pressupostos de admissibilidade, mas é preciso ter claro que sua eventual inadmissão não impede que, posteriormente, e uma vez satisfeito o requisito que antes faltava, o incidente venha a ser novamente suscitado (art. 976, § 3o).</p>	
Processo Paradigma	0003913-78.2019.8.17.0000	
Relator	Des. Eurico de Barros Correia Filho	

IRDR	Situação: Inadmitido	Órgão julgador:
Questão submetida ao julgamento	<p>I. direito à nomeação de candidata aprovada para o cargo de enfermeira PSF 40H, em concurso público do Município de Petrolina, em face de comprovada preterição (todos os processos juntaram as folhas de pagamento para comprovar contratações irregulares) - por contratados temporariamente;</p> <p>II. alegação de impossibilidade de se proceder com a nomeação definitiva da recorrida, ante as medidas econômicas adotadas para enfrentamento da Pandemia do novo Coronavírus;</p> <p>III. É assente na jurisprudência a existência de direito à nomeação em cargo público de candidato aprovado e classificado em certame público, quando demonstrada sua preterição por servidores contratados temporariamente para a mesma função.</p>	
Inadmissão	<p>Uma vez encerrado o julgamento, não cabe mais o IRDR, cabendo às partes suscitar o incidente em outra causa pendente, mas não naquela que já foi julgada. Aliás esse é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça que estabelece a necessidade de se ter uma causa recursal ou de competência originária pendente de julgamento no tribunal perante o qual se pretende instaurar o IRDR, sob pena de inadmissibilidade do incidente, inclusive, não se admitindo sua instauração em face de Embargos de Declaração.</p>	
Processo Paradigma	0006021-41.2022.8.17.9000	
Relator	Des. José Ivo de Paula Guimarães	

IRDR	Situação: Inadmitido	Órgão julgador:
Questão submetida ao julgamento	<p>O autor fundamentou a interposição do IRDR, em face de várias ações conflitantes que demandam repetitivamente sobre a mesma questão de direito. Vejamos as ações:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Ação Rescisória 0007355-81.2020.8.17.9000 que tramita na 3ª Câmara Cível do TJPE, onde ali figura como autor o herdeiro JOSE CARLOS ALVES DE SOUZA. 2. Cumprimento de Sentença 0003510-86.2020.8.17.2001 que tramita na 2ª VARA DE SUCESSÕES E REGISTROS PÚBLICOS DA CAPITAL, onde ali figura como autor o herdeiro JOSÉ FERNANDO ALVES DE SOUZA. 3. Ação Monitória 0007425-51.2017.8.17.2001 que tramita na Seção "A" da 1ª Vara Cível da Capital, onde ali figura como autor o ESPÓLIO DE MANOEL PEDRO DE SOUZA representado pela inventariante JACIRA JUSSARA ALVES DE SOUZA. 4. Ação Monitória 0002514-88.2020.8.17.2001 que tramita na SEÇÃO "B" DA 22ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE, onde ali figura como autor o herdeiro JOSE CARLOS ALVES DE SOUZA. 5. Ação de Cobrança Ordinária 0017360-18.2017.8.17.2001 que tramita na SEÇÃO B DA 27ª VARA CÍVEL DA CAPITAL, onde ali figura como autora a herdeira MARIA JOSE ALVES DE SOUZA. 6. Ação Monitória 0058175-86.2019.8.17.2001 que tramita na SEÇÃO B DA 31ª VARA CÍVEL DA CAPITAL, onde ali figura como autor o herdeiro MANOEL PEDRO DE SOUZA JUNIOR. 7. Ação de Inventário número 0017137-13.2001.8.17.0001, que tramita na 2ª Vara de Sucessões e Registro Público da Comarca do Recife, onde ali se inventariou o ESPÓLIO DE MANOEL PEDRO DE SOUZA. 	
Inadmissão	A controvérsia trazida para análise nesse IRDR não se enquadra no art. 976, incisos I e II, do CPC.	
Processo Paradigma	0012485-52.2020.8.17.9000	
Relator	Des. Itabira de Brito Filho	